CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

Crise econômica, social e política profundas marcam realidade atual; trabalhadores têm o desafio de se organizar e se unir para resistir aos ataques, avançar nas lutas por direitos e construir uma alternativa

Este texto tem por objetivo contribuir com o debate a ser realizado na assembleia deste dia 12/6, sem se pretender exaustivo nem desconsiderar outros aspectos ou enfoques em torno da realidade que nos desafia à reflexão e à ação. Diante da complexidade e do dinamismo da conjuntura é fundamental o empenho em nos localizarmos, em relação a nossos direitos e interesses, e em relação a quem está ao nosso lado ou não. A discussão e caracterização da realidade que nos cerca é pressuposto para a nossa organização como categoria e como classe. Que o debate deste momento seja mais um passo nesse sentido.

O recente movimento dos caminhoneiros, com todas as suas repercussões, foi mais uma manifestação da profunda crise econômica, social e política por que passa o país. Foi praticamente o decreto de "fim" do (des)governo Temer (MDB), que sequer é capaz de articular os interesses daqueles que lhe dão sustentação. Partindo de uma situação concreta que se agravou com elevado aumento dos combustíveis, o movimento dos caminhoneiros obteve amplo apoio popular e expôs as contradições de um regime que não apresenta soluções para as demandas da população.

A pretensa solução apresentada pelo governo não apenas não resolve os problemas como aguça essas contradições. A discussão dos fretes causou nova crise e conflitos entre diferentes setores. Além das consequências da política de preços, produção e abastecimento adotada pela direção da Petrobrás – que vieram à tona e foram denunciados pelos petroleiros que inclusive foram à greve – que junto com o dólar elevaram substancialmente os custos dos combustíveis, o subsídio decorrente da redução de impostos pressiona ainda mais a situação fiscal e é jogado nas costas da população trabalhadora e usuária de serviços públicos – o governo chegou a remanejar recursos de educação e saúde para "cobrir" esse custo. Os privilegiados de sempre – grandes empresários e bancos – permanecem intocados.

A crise atual, em suas diversas manifestações, expõe as contradições profundas de um regime supostamente democrático em uma economia periférica e uma sociedade extremamente desigual.

Anos depois de atingir o país em cheio, a crise econômica persiste. As medidas de "ajuste" – implementadas com força por Dilma e intensificadas por Temer – não surtem o efeito propalado, e a estagnação persiste após anos de recessão. A receita aplicada, no entanto, é levar ao extremo o receituário de "austeridade", com vistas à retomada do crescimento da economia em outras bases, e ao mesmo tempo garantir o financiamento da dívida pública que não para de se multiplicar.

Pouco mais de dois anos após de ser alçado ao poder depois da conspiração que depôs Dilma, o ilegítimo governo Temer, que assumiu com a tarefa de intensificar e aprofundar a agenda do "ajuste" em curso, atinge o menor patamar de popularidade da história – próximo de zero, envolto em sucessivos escândalos e denúncias de corrupção. Ainda assim, por falta de outras alternativas entre os setores da classe dominante, é por eles sustentado, e se segura na base do velho toma lá dá cá parlamentar.

As bases desse padrão de reconfiguração do estado e da economia no Brasil assentam-se em um processo de reversão neocolonial, com inserção ainda mais subordinada da economia brasileira no mercado internacional, e pressupõe, como condição para o acúmulo de capitais privados e a

retomada do ciclo econômico, o rebaixamento geral do padrão de vida da população trabalhadora – seja por meio da redução dos salários e direitos arcados diretamente pelos empregadores, e da massa salarial como um todo, seja por meio da supressão e da redução de direitos sociais e da prestação de serviços por meio do estado.

Daí a centralidade de iniciativas como a reforma trabalhista, com a destruição da CLT e a lei das terceirizações, a reforma da previdência (incluindo o aumento das alíquotas de desconto sobre os salários), e a Emenda Constitucional 95/2016, do teto de gastos, que prevê o congelamento das despesas públicas primárias por 20 anos – excluídas desse teto as despesas com juros e rolagem da dívida pública. A existência de uma estrutura minimamente sólida de direitos sociais mostra-se incompatível com esse padrão de reprodução e repartição da riqueza nacional, que vem se delineando há anos, sob sucessivos governos, e que no período recente aprofunda a ofensiva sobre os direitos sociais.

As consequências sociais da crise e da estagnação, e do receituário aplicado pelo andar de cima para acomodá-la, são cada vez mais drásticas. Para além dos números da economia, são absolutamente sensíveis a explosão do desemprego e das formas precárias de ocupação e subemprego, da miséria, da violência urbana, a precarização e piora dos serviços públicos, entre outros efeitos, que atingem ainda mais duramente os mais pobres – ampla maioria da população.

A crise econômica e a crise social precipitaram a eclosão de uma também profunda crise política. Um marco fundamental do desencadeamento desse processo foram as chamadas jornadas de junho de 2013. Objeto de muitas discussões e incompreensões, ao aglutinar milhões de pessoas em torno de demandas relativas ao estado, direitos e serviços públicos, aquele fenômeno já expunha e denunciava com contundência a estreiteza dos canais institucionais de representação política e reivindicação.

A falta de permeabilidade do sistema político às demandas sociais e populares exacerbou-se com a crise econômica e mais mobilizações significativas se sucederam ao longo dos últimos anos, com características semelhantes – embora muitas vezes dispersas e com suas próprias singularidades. Nesse cenário, a polarização social decorrente da crise exacerba essa contradição da democracia que não se realiza.

Assim, a demanda por mais democracia, por baixo, confronta-se com a necessidade do sistema político de restringir ainda mais a já precária e limitada democracia brasileira – como condição para a contenção da resistência à imposição do desmonte dos direitos. Em profundidade, vivenciamos a crise da nova República, assim denominado o pacto político celebrado no andar de cima com a redemocratização e materializado na Constituição de 1988. Sequer aquela democracia de baixa intensidade se sustenta nos marcos atuais de reorganização da economia, do estado e da sociedade.

Aquele pacto, em que pese ter na Constituinte absorvido parte das demandas populares na esteira da luta e resistência contra a ditadura militar, acomodou interesses da elite e não enfrentou contradições fundamentais da história nacional, como o padrão de desenvolvimento econômico, a profunda desigualdade social, e o caráter autoritário e pouco democrático do estado brasileiro. Essas contradições foram escamoteadas, jogadas debaixo do tapete, e vieram à tona nos últimos anos com força.

Além disso, também nos últimos anos foi escancarada a característica visceralmente viciada e corrupta do sistema político-eleitoral, que tem como regra entre todos os grandes partidos a ciranda do financiamento de campanhas eleitorais, do favorecimento de grandes empresas e do superfaturamento de obras públicas. Caixas 1, 2, 3... Uma relação entre público e privado que revela

o caráter estrutural da corrupção no seio do estado. Essa é mais uma das razões para o descrédito do sistema eleitoral e a descrença da população em relação às instituições que dão sustentação ao regime político.

A rejeição aos políticos de sempre e seus partidos, que são incapazes de se apresentar como alternativas com alguma consistência à população, somada ao acirramento do conflito distributivo e à imposição da socialização dos gigantescos prejuízos da crise, desloca a política do "centro" para os extremos do espectro ideológico. A maior projeção de grupos e ideias de extrema direita no debate político nacional nos últimos anos não pode deixar de ser analisada sob esse prisma.

Esse fenômeno é sem dúvida relevante na disputa política, e deve ser combatido, inclusive, por não ser alternativa à crise – pelo contrário, é mais uma das faces, ainda mais autoritária, de projeto de retirada de direitos e repressão às demandas populares. No entanto, esse combate deve se dar na defesa e construção da mobilização independente da classe em defesa de seus direitos, e não em contribuição à sobrevida de uma institucionalidade desacreditada que já demonstrou não ser canal efetivo para o acolhimento de reivindicações sociais. A defesa de uma democracia dentro desses marcos não será capaz de envolver os trabalhadores e construir fortes mobilizações, que são condição para conter e enfrentar ensaios autoritários, tanto por meios civis velados quanto por meios abertamente militarizados.

Mas não é sem resistência do sistema político que esse processo de questionamento se desenvolve. Os grandes partidos e seus líderes empenham-se na operação "estanca a sangria", com vistas a "um grande acordo nacional" ou acordos vários que venham conter a sanha contra a corrupção, que também é ideologicamente deslocada de seu eixo político para um eixo moralista e casuístico. Trata-se de prorrogar a agonia da nova República, com uma reacomodação dos interesses e manter as estruturas de poder existentes.

O Judiciário, por sua vez, como parte do aparato de estado e com a autoridade da "última palavra" sobre o conflitos, é alçado a uma maior projeção no cumprimento do papel de tentar resgatar a legitimidade do sistema político. E como parte dessa sistema, com sua também estrutural seletividade e maleabilidade, esse poder reproduz em seus vereditos a crônica desigualdade social e de poder existente na sociedade brasileira.

Além do questionamento à legitimidade e efetividade da representação política tradicional, precipitada pela crise econômica e pela consequente redução das "oportunidades" aos políticos que precisam manter seus feudos e áreas de influência, a crise também expressa a falta de um relativo consenso ou acordo quanto à representação política dos interesses de classe organizados em torno do estado. Nesse contexto, de crise econômica e política e de maior vulnerabilidade da ordem, a função conferida ao judiciário, de árbitro dos conflitos na sociedade e de garantidor da estabilidade, assume papel mais proeminente, em comparação com períodos de maior normalidade – embora os movimentos desse poder, especialmente em suas cúpulas, nunca sejam indissociáveis da dinâmica mais geral da política.

Ainda, as eleições próximas – com suas regras excludentes e pasteurizadoras – são o momento que as instituições da deficitária democracia representativa brasileira precisam obter algum grau de legitimidade para manter suas operações. Mas nas condições atuais há uma imensa dificuldade (ou mesmo impossibilidade) dos partidos da ordem de legitimar nas urnas um programa de brutal retirada de direitos. Enquanto o candidato mais competitivo e bem posicionado nas pesquisas é simplesmente retirado da disputa – mais uma contradição e mais um traço que subtrai a já minguante legitimidade do pleito, as demais candidaturas dos grandes partidos patinam e há poucos meses do pleito o cenário é de total indefinição. A desconfiança popular em relação ao sistema é

forte e a abstenção, como nas últimas eleições, deve ser um fator marcante.

É certo que o período eleitoral é oportunidade importante para questionamento do projeto em curso e para o debate sobre alternativas para a solução dos problemas dos trabalhadores. Mas é central no debate destacar que a construção dessas alternativas está muito para além das eleições e que o seu resultado não trará alento para as lutas em curso.

Todas as candidaturas dos grandes partidos, em geral e malgrado diferentes tons de maquiagem, têm compromisso com a agenda de ataques a direitos. Daí ser fundamental a organização das lutas independentemente do calendário eleitoral e para além dele, sem prejuízo do debate necessário com o conjunto da população sobre o real caráter e perspectivas desse processo.

A propósito disso, é importante destacar o papel da oposição "institucional" ao atual governo, liderada pelo PT e seus satélites, que têm importante influência nas direções sindicais e de movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que buscam insuflar suas militâncias com o discurso do "golpe", operam dentro da mesma lógica e institucional e parlamentar de seus supostos algozes, e com eles fazem acordos e selam alianças eleitorais; e não apenas dependem como fazem parte do "grande acordo" necessário para conter "a sangria" e para garantir suas sobrevivências como parte integrante que são do sistema político apodrecido que se busca manter vivo.

A aposta desses setores no "quanto pior melhor" com vistas a apenas sangrar o governo, e a oposição burocrática às "reformas" que não precisará fazer depois se vier a retomar o posto no poder, buscam canalizar as forças populares para um projeto eleitoral descolado das mobilizações de rua, que além de não oferecer soluções reais para os problemas do povo, é uma promessa irrealizável – a história não volta atrás, e revelam atuar dentro da mesma lógica daqueles a que se "opõem". O projeto político-eleitoral por eles representado não atravessa os limites do cretinismo parlamentar e não representa um outro projeto, para além do "menos pior" cada vez mais distante e impalpável, que pudesse envolver e mobilizar a classe trabalhadora a lutar para além dos canais interditados da institucionalidade atual.

Coincide e é parte da falência do pacto da nova República a crise do lulopetismo como referência política para a classe trabalhadora. As jornadas de junho de 2013 também marcam o momento em que ele deixa de ter a hegemonia do movimento de massas no Brasil.

Esse foi também um fator relevante para a queda de Dilma, na medida em que se perde a funcionalidade, para os setores de elite que lhe davam sustentação, de tutelar e conter as mobilizações de rua, como ocorrera no período anterior. O padrão lulopetista de governabilidade – assimilado e absolutamente integrado ao modelo de coalizões vigente desde a redemocratização - mostrou seu esgotamento, intensificado após a reeleição de Dilma.

A crise econômica vinha estrangulando a política de conciliação de classes patrocinada nos anos de relativo crescimento econômico; não havia mais margem para "agradar" a todos, em meio ao acirramento do conflito distributivo.

Ao mesmo tempo em que desmoronou sua fisiológica base de sustentação no Congresso, e com taxas de popularidade em queda livre, Dilma também não contou com reação popular que pudesse barrar o impedimento, decisão de caráter eminentemente político e embasamento jurídico que não se sustenta. Os efeitos deletérios da crise econômica, a crise de representação e as denúncias de corrupção – direcionadas com ênfase para o governo, agravadas pelo estelionato eleitoral após a reeleição (as medidas de ajuste negadas durante a campanha e implementadas com força tão logo conhecido o resultado da votação), não asseguraram mobilizações expressivas em defesa de seu

mandato.

Do mesmo modo, a liderança nas pesquisas eleitorais não rendeu a Lula correspondente apoio ou mobilização popular em função de sua condenação e prisão. Dias antes e mesmo após o decreto de prisão, Lula afirmou "acreditar na justiça", e nessas circunstâncias depende de movimentos políticos por cima para ver alterado seu destino. Sem capacidade – e mesmo disposição – de mobilização popular, o projeto político por ele representado tende cada vez mais a perder espaço.

A compreensão do momento político atual, e das razões pelas quais se chegou até aqui, assim, passa necessariamente por uma avaliação das contradições e limites da experiência petista no governo, inclusive como forma de superação de uma polarização superficial que vigora não apenas nos meios de comunicação propagadores da ideologia dominante, mas também em amplos setores da população e do movimento sindical e social, onde esse debate é determinante para os rumos da organização dos trabalhadores em suas lutas.

Essa polarização interdita o debate necessário sobre uma outra alternativa, que não passe pela reciclagem do sistema representativo em crise e seus tradicionais partidos, empenhados na operação "estanca a sangria", nem por uma falsa alternativa conservadora e autoritária, que venha a suprimir o resíduo democrático ainda existente e impor a mesma agenda em curso, rumo à barbárie social.

Uma outra alternativa somente poderá se constituir em um programa que esteja articulado com as reivindicações e lutas concretas dos trabalhadores por (mais) direitos, que pressupõe reformas estruturais profundas e a radicalização da democracia, ao mesmo tempo em que identifique e enfrente as contradições e os privilégios que sustentam a perpetuação de uma sociedade tão injusta e desigual.

Nesse contexto, os trabalhadores em geral, no serviço público, e entre eles os servidores do judiciário têm um enorme desafio. Depois de conquistar com muita luta um reajuste (cuja implementação está terminando) que afastou o congelamento e possibilitou a reposição de parte das perdas salariais, e vencida a batalha contra a reforma da Previdência no primeiro semestre deste ano, entre outras lutas e conquistas importantes, nos movemos em um cenário de grave crise e profundos ataques aos direitos historicamente conquistados. Aproxima-se um processo eleitoral de cartas marcadas, que não será solução para nossas reivindicações e ainda terá por objetivo tentar legitimar o projeto de devastação em curso.

Apesar do cenário difícil, temos o desafio de lutar por uma política salarial, que envolve tanto a negociação de uma alternativa específica à categoria quanto a luta geral pela efetivação da data-base prevista na Constituição; a luta pela valorização da carreira; a defesa da recomposição dos benefícios; a Previdência voltará a ser objeto de novos e mais duros ataques, e a resistência deverá estar à altura.

O serviço público e os servidores são alvo preferencial do projeto de ataques. Congelamento e mesmo redução de salários e benefícios; demissões; falta de reposição de servidores e enxugamento de quadros; piora das condições de trabalho e adoecimento; essas são apenas algumas das implicações dessa agenda. A emenda 95 tende a estrangular o funcionamento dos órgãos públicos e deve ser enfrentada e derrotada. A reforma trabalhista e a terceirização precarizam o padrão geral de vida da população e o próprio serviço público; os ataques à Justiça do Trabalho voltam com força

No Judiciário, é fundamental a luta por democratização, tanto das relações internas quanto das relações com a sociedade. É preciso debater o seu papel, como parte do aparelho de estado, na retirada de direitos, na perpetuação de desigualdades, e na repressão às lutas sociais. É preciso ainda

enfrentar os privilégios em seu interior.

Para levar adiante essas e outras lutas, e construir uma alternativa para a categoria e para a classe, é fundamental a nossa organização e unidade, dentro e fora da categoria. As dificuldades são muitas, mas é possível lutar e vencer.

Contribuição ao debate subscrita por
Tarcisio Ferreira – TRT
Cláudia Vilapiano – JF
Fabiano dos Santos – TRT
Integrantes da atual direção do Sintrajud